

# Figueira Indústria e Comércio S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de  
março de 2024**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas da  
**FIGUEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Figueira Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Figueira Indústria e Comércio S.A., em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, conforme os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os

**São Paulo / SP**  
Alameda Santos, 1940 - 1º andar  
CEP 01418-200  
Tel. (11) 3883-1600

**São Paulo / SP**  
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar  
CEP 01156-040  
Tel. (11) 2231-1227

**Ribeirão Preto/ SP**  
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870  
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)  
CEP 14027-250  
Tel. (16) 3911-6149

**Rio de Janeiro / RJ**  
Rua São José, 20 - 8º andar  
CEP 20010-020  
Tel. (21) 3173-9932

**Manaus / AM**  
Rua Acre, 26 - 1º andar  
CEP 69053-130  
Tel. (92) 4102-0164

**Vitória / ES**  
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451  
19º andar - Sala 1901  
CEP 29050-335  
Tel. (27) 3207-3370

assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante quanto a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter

**São Paulo / SP**  
Alameda Santos, 1940 - 1º andar  
CEP 01418-200  
Tel. (11) 3883-1600

**São Paulo / SP**  
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar  
CEP 01156-040  
Tel. (11) 2231-1227

**Ribeirão Preto/ SP**  
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870  
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)  
CEP 14027-250  
Tel. (16) 3911-6149

**Rio de Janeiro / RJ**  
Rua São José, 20 - 8º andar  
CEP 20010-020  
Tel. (21) 3173-9932

**Manaus / AM**  
Rua Acre, 26 - 1º andar  
CEP 69053-130  
Tel. (92) 4102-0164

**Vitória / ES**  
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451  
19º andar - Sala 1901  
CEP 29050-335  
Tel. (27) 3207-3370


em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de junho de 2024.

**PP&C Auditores Independentes**  
CRC2SP16.839/O-0

  
**Giácomo Walter Luiz de Paula**  
CRC1SP243.045/O-0  
Contador

  
**Johnatan Henrique dos Santos**  
CRC1SP295.723/O-0  
Contador

**São Paulo / SP**  
Alameda Santos, 1940 - 1º andar  
CEP 01418-200  
Tel. (11) 3883-1600

**São Paulo / SP**  
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar  
CEP 01156-040  
Tel. (11) 2231-1227

**Ribeirão Preto/ SP**  
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870  
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)  
CEP 14027-250  
Tel. (16) 3911-6149

**Rio de Janeiro / RJ**  
Rua São José, 20 - 8º andar  
CEP 20010-020  
Tel. (21) 3173-9932

**Manaus / AM**  
Rua Acre, 26 - 1º andar  
CEP 69053-130  
Tel. (92) 4102-0164

**Vitória / ES**  
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451  
19º andar - Sala 1901  
CEP 29050-335  
Tel. (27) 3207-3370

## Figueira Indústria e Comércio S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	145.418	20.129	Fornecedores	18	98.311	146.476
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	9	28.502	4.484	Arrendamentos	17	-	41.544
Estoques e adiantamento a fornecedores	10	132.814	49.630	Adiantamento de clientes	23	86.079	44.829
Ativos biológicos	11	69.298	8.495	Impostos e contribuições a recolher	19	72.070	67.675
Impostos a recuperar	12	50.628	46.313	Impostos parcelados	20	35.758	77.290
Despesas antecipadas		91	536	Salários e encargos sociais	21	19.772	25.641
Outros créditos	13	14	4	Partes relacionadas	14	1.786	6.254
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>426.765</b>	<b>129.591</b>	Credores Recuperação Judicial	33	16.818	9.325
				Outras obrigações		1.100	548
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>331.694</b>	<b>419.582</b>
Estoques e adiantamento a fornecedores	10	17.384	17.384	Fornecedores	18	5.400	7.200
Partes relacionadas	14	821.290	816.449	Arrendamentos	17	-	187.785
Depósitos judiciais	22	2.230	2.166	Impostos parcelados	20	74.040	120.202
Impostos a recuperar	12	472	580	Provisão para processos judiciais	22	17.619	8.625
Outros créditos	13	4.131	4.783	Passivo fiscal diferido	24	4.810	1.478
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>845.507</b>	<b>841.362</b>	Credores Recuperação Judicial	33	70.795	86.923
				Partes relacionadas	14	1.071.678	701.218
				Outras obrigações		663	1.715
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.245.005</b>	<b>1.115.146</b>
Investimentos	15	106.886	108.462	<b>Patrimônio líquido</b>	25		
Outros investimentos		2	2	Capital social		51.931	51.931
Imobilizado	16	258.806	206.940	Reserva de incentivos fiscais		29.059	29.059
Intangível		148	163	Ajustes de avaliação patrimonial		3.406	4.090
Direito de uso	17	-	226.217	Prejuízos acumulados		(22.981)	(107.071)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.211.349</b>	<b>1.383.146</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>61.415</b>	<b>(21.991)</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.638.114</b>	<b>1.512.737</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.638.114</b>	<b>1.512.737</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Figueira Indústria e Comércio S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	27	996.517	175.684
Mudança no valor justo do ativo biológico	11	14.838	983
Custo dos produtos vendidos	28	<u>(831.473)</u>	<u>(106.305)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>179.882</u>	<u>70.362</u>
Despesas com vendas	28	(73.453)	(41.945)
Administrativas e gerais	28	(37.995)	(46.697)
Outras (despesas) receitas operacionais	29	<u>50.002</u>	<u>90.089</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos</b>		<u>118.436</u>	<u>71.809</u>
Receitas financeiras		7.797	2.297
Despesas financeiras		(32.884)	(56.054)
Variação cambial líquida		<u>510</u>	<u>812</u>
<b>Financeiras líquidas</b>	30	<u>(24.577)</u>	<u>(52.945)</u>
Resultado da equivalência patrimonial	15	<u>(1.575)</u>	<u>4.416</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>92.284</u>	<u>23.280</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(5.546)	(8.024)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	<u>(3.332)</u>	<u>105.406</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>83.406</u></u>	<u><u>120.662</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Figueira Indústria e Comércio S.A.**

### **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023**

*(Em milhares de reais)*

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Lucro líquido do exercício	83.406	120.662
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>83.406</u></u>	<u><u>120.662</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Figueira Indústria e Comércio S.A.**

### **Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023**

*(Em milhares de reais)*

	<b>Nota</b>	<b>Capital social</b>	<b>Reserva de incentivos fiscais</b>	<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de março de 2022</b>		<b>51.931</b>	<b>-</b>	<b>4.774</b>	<b>(199.358)</b>	<b>(142.653)</b>
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado de controladas		-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado próprio	<b>25.b</b>	-	-	(684)	684	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	<b>25.c</b>	-	29.059	-	(29.059)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	120.662	120.662
<b>Saldos em 31 de março de 2023</b>		<b>51.931</b>	<b>29.059</b>	<b>4.090</b>	<b>(107.071)</b>	<b>(21.991)</b>
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado próprio	<b>25.b</b>	-	-	(684)	684	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	83.406	83.406
<b>Saldos em 31 de março de 2024</b>		<b>51.931</b>	<b>29.059</b>	<b>3.406</b>	<b>(22.981)</b>	<b>61.415</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Figueira Indústria e Comércio S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado do exercício</b>		83.406	120.662
<b>Ajustado para:</b>			
Depreciação do imobilizado		42.709	72.516
Amortização do ativo biológico	11	8.284	42.208
Amortização do direito de uso	17	42.868	13.701
Amortização do intangível		15	16
Mudança no valor justo de ativos biológicos	11	(14.839)	(983)
Valor residual de ativo imobilizado baixado/vendido		35.855	27.882
Resultado de equivalência patrimonial	15	1.575	(4.416)
Resultado de variação cambial líquida	30	(510)	(812)
Juros e variação monetária sobre recuperação judicial	33	2.499	2.015
Provisão perdas esperadas de crédito	9	(113)	-
Provisão para demandas judiciais	28	8.994	6.433
Juros sobre arrendamentos	17	26.478	8.840
Benefício decorrentes de parcelamentos	29	(39.322)	(73.654)
Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	24	3.332	(97.382)
		<u>201.231</u>	<u>117.026</u>
<b>Variação nos ativos e passivos</b>			
<b>(Aumento) ou diminuição dos ativos</b>			
Contas a receber de clientes		(23.905)	20.285
Impostos a recuperar		(4.207)	(34.810)
Estoques e adiantamento a fornecedores		(83.184)	99.471
Despesas antecipadas		445	(112)
Depósitos judiciais e outros créditos		578	26.812
Partes relacionadas		361.152	(55.143)
<b>Aumento ou (diminuição) dos passivos</b>			
Fornecedores		(49.965)	37.074
Arrendamentos		(10.016)	-
Salários e encargos sociais		(5.869)	(10.248)
Impostos e contribuições a recolher		4.395	(49.632)
Aumento em adiantamento de clientes		41.334	(48.597)
Impostos parcelados		(48.373)	8.102
Credores recuperação judicial		137	(385)
Outras obrigações		(500)	(119)
Juros pagos - arrendamento	17	(26.422)	(7.631)
Juros pagos - recuperação judicial	33	(2.414)	(782)
<b>Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais</b>		<u>354.417</u>	<u>101.311</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	16	(130.430)	(72.406)
Ativo biológico	11	(54.248)	(8.284)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>		<u>(184.678)</u>	<u>(80.690)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de arrendamentos	17	(36.020)	(11.798)
Amortização de credores recuperação judicial	33	(8.430)	(6.794)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>		<u>(44.450)</u>	<u>(18.592)</u>
<b>Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>125.289</u>	<u>2.029</u>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalente de caixa</b>			
No início do exercício		20.129	18.100
No fim do exercício		<u>145.418</u>	<u>20.129</u>
<b>Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>125.289</u>	<u>2.029</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de reais)*

### **1 Contexto operacional**

#### **Figueira Indústria e Comércio S.A.**

A Companhia tem como objetivo a industrialização de cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar e sua comercialização no país e no exterior.

A partir de 1 de julho de 2014, com a aquisição da totalidade das lavouras de cana-de-açúcar do Grupo Aralco, a Companhia Figueira passou sua atividade para agroindústria.

A Companhia, em 20 de julho de 2015, aportou os ativos na Nova Aralco S.A. Indústria e Comércio, passando, assim, a ser detentora de 31% de participação societária da investida.

Em 31 de maio de 2016, a Figueira Indústria e Comércio S.A. obteve cessão de uso (comodato) dos parques industriais da Nova Aralco Indústria e Comércio S.A., dando continuidade às operações de sua matriz e também das filiais Figueira-Generalco e Figueira-Alcoazul, que atualmente produzem e comercializam açúcar, etanol e outros produtos afins para o país e o exterior.

A crise econômico-financeira do Grupo Aralco (englobando a Figueira Indústria e Comércio S.A.) e o conseqüente ajuizamento do pedido de recuperação judicial em 28 de fevereiro de 2014 decorreram: (i) da queda dos preços de açúcar e etanol nos últimos anos, consequência de um ciclo excessivo de oferta; (ii) da desvalorização cambial do real, a qual afetou o endividamento do Grupo Aralco de forma substancial; (iii) da baixa produtividade agrícola vivenciada pelo Grupo Aralco, devido ao baixo investimento agrícola nas últimas safras; e (iv) da estiagem que afetou as regiões produtoras de cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil nas últimas safras.

O Plano de Recuperação Judicial prevê o alongamento do prazo para pagamento dos Credores Trabalhistas, dos Credores com Garantia Real e de parte dos Créditos dos Credores Quirografários, sem a incidência de deságio no valor de face dos Créditos; e a possibilidade de conversão de outra parte dos Créditos Quirografários acompanhados de Bônus de Subscrição, a serem emitidos pela Nova Aralco, que é a empresa detentora de todos os bens do Grupo Aralco. Este Plano, portanto, prevê a possibilidade de diluição dos atuais Acionistas, que, nessa hipótese, autorizaram os bônus de subscrição, para que os Credores Quirografários possam optar pela capitalização de seus créditos.

Diante deste cenário, o Grupo elaborou um plano alternativo visando à continuidade operacional dos negócios. Em 4 de junho de 2019, em assembleia geral de credores, o Grupo aprovou o Novo Plano de Recuperação Judicial, que foi homologado em 11 de julho de 2019, conforme nota explicativa 33 – Credores recuperação judicial. O Grupo está honrando em sua totalidade os compromissos assumidos junto aos credores decorrentes do processo de recuperação judicial. Na safra do período de 2023/24, o Grupo está focado na comercialização de açúcar em virtude dos preços atuais desta *commodity*, e atualmente estão sendo fixados preços satisfatórios dentro da média de mercado.

Durante o exercício de 31 de março de 2024 o Grupo Aralco teve Receita operacional líquida de R\$ 1.060.828 (R\$ 773.265 em 31 de março de 2023) que foram substancialmente centralizados na Controlada Figueira Indústria e Comércio S.A. e durante o exercício de 31 de março de 2023 na Destilaria Generalco S.A.

## **Pedido de encerramento da Recuperação Judicial**

Considerando a comprovação de cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado, e continuidade dos negócios, em 23 de fevereiro de 2023 o Grupo Aralco apresentou pedido requerendo o encerramento da recuperação judicial, obtendo parecer favorável do Ministério Público e Administrador Judicial. A sentença de encerramento da recuperação judicial foi proferida em 01/12/2023, sendo que atualmente aguarda certificação do trânsito em julgado.

## **2 Base de preparação**

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Aralco de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil são apresentadas separadamente, considerando que as demonstrações financeiras consolidadas da Aralco S.A. - Indústria e Comércio Em recuperação judicial refletem a posição financeira e patrimonial do Grupo econômico Aralco. A apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas na controladora Aralco S.A. - Indústria e Comércio Em recuperação judicial atendem aos requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 36 – Demonstrações consolidadas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de junho de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentados na nota explicativa 6.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhares, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

**Nota explicativa 31** – Instrumentos financeiros.

**b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de março de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota explicativa 9** – Provisão para perda de crédito esperada (contas a receber de clientes e outras contas a receber);

**Nota explicativa 11** – Ativo biológico;

**Nota explicativa 16** – Vida útil do ativo imobilizado e teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

**Nota explicativa 17** – Reconhecimento de direito de uso e passivo de arrendamento com base em dados observáveis de mercado;

**Nota explicativa 22** – Provisão para processos judiciais; e

**Nota explicativa 24** – Imposto de renda e contribuição social diferidos.

***Mensuração sobre o valor justo***

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

**Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

**Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

**Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota explicativa 11** – Ativos biológicos; e

**Nota explicativa 31** – Instrumentos financeiros.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

## **6 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **a. Moeda estrangeira**

#### **(i) Operações no exterior**

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

### **b. Benefícios a empregados**

#### **(i) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante

do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**c. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que refletem as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os impostos correntes ativos e passivos são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira pela qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**d. Ativo biológico**

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo.

Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo.

**e. Estoques**

Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas, nos quais os estoques são avaliados.

**f. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para os CPCs, foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

**Vida útil estimada - em anos**

Edifícios e construções	29
Móveis e utensílios	10
Veículos e implementos rodoviários	10
Máquinas e implementos agrícolas	14
Máquinas, equipamentos e instalações	14
Computadores e periféricos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**g. Ativo intangível**

Os ativos intangíveis que são adquiridos têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

***Amortização***

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

**h. Instrumentos financeiros**

***i) Reconhecimento e mensuração inicial***

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

***(ii) Classificação e mensuração subsequente***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### ***Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio***

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e os objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

***Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros***

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos de principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (o que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

***Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas***

***Ativos financeiros a VJR***

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

***Ativos financeiros a custo amortizado***

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

***Instrumentos de dívida a VJORA***

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

***Instrumentos patrimoniais a VJORA***

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**(iii) *Desreconhecimento***

***Ativos financeiros***

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos, ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre esse ativo.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

***Passivos financeiros***

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**i. *Redução do valor recuperável (impairment)***

**(i) *Ativos financeiros não derivativos***

Ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço patrimonial para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidências objetivas de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluem:

Inadimplência ou atrasos do devedor;

Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normais;

Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

#### ***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado***

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

#### ***Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial***

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

#### **(ii) *Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa – UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**j. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**k. Receita operacional**

***Venda de produtos***

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

***Vendas de açúcar no mercado externo***

As vendas de açúcar no mercado externo são realizadas utilizando a *incoterm FOB – Free on Board*, que é quando o vendedor tem a responsabilidade de entregar a mercadoria até o navio indicado pelo comprador, assumindo assim os riscos e custos até o navio.

A receita proveniente desta venda é reconhecida pela Companhia no momento da entrega da mercadoria no navio indicado pelo comprador, que é o momento da transferência de propriedade.

***Venda de etanol no mercado interno***

A Companhia realiza vendas de etanol no mercado interno utilizando a *incoterm EXW – Ex Works*, que é quando o comprador retira a mercadoria nas dependências do vendedor. Assim, o vendedor não assume os riscos e custos relativos ao transporte.

O reconhecimento das receitas é realizado no momento da emissão da nota fiscal de venda, que é o do carregamento e da saída do caminhão nas dependências da Companhia, momento de transferência de propriedade para o comprador.

**l. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

Receita de juros;

Despesa de juros;

Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber).

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

**m. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficiente para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo, ajustado para a diferença entre o valor justo no

reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## **n. Arrendamento**

No início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

### **(i) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação nesse contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento, e contabiliza como um único componente os de arrendamento e não arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo deste refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação sobre se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão, ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento e passivos de arrendamento em rubricas específicas no balanço patrimonial.

#### **Arrendamentos de ativos de baixo valor**

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### **(ii) Como arrendador**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal, e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é de curto prazo, que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, o subarrendamento é classificado como operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

**(iii) Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Para uma série de políticas contábeis e divulgações, a Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia usa técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo, ajustado para a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia

pretende adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

**a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1)**

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto e não espera alterações relevantes relacionados a este tópico.

**b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)**

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto e não espera alterações relevantes relacionados a este tópico.

**c) Outras normas Contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

## **8 Caixa e equivalentes de caixa**

	2024	2023
<b>Circulante</b>		
Caixa e depósitos bancários	264	989
Aplicações financeiras	145.154	19.140
	<u>145.418</u>	<u>20.129</u>

O saldo de caixa e bancos compreende depósitos para uso imediato. Os saldos derivam do curso normal das operações da Companhia. A exposição do Grupo a riscos de crédito e análise de sensibilidade de juros estão apresentados na nota explicativa 31.

## 9 Contas a receber de clientes e outras contas a receber

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Contas a receber – mercado interno	28.502	4.484
	28.502	4.484

A exposição da Companhia a risco de crédito está apresentada na nota explicativa 31.

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

A Companhia possui registrada provisão para perda de crédito esperada como segue:

<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>		-
Provisões constituídas		-
Provisões utilizadas		-
Provisões revertidas		-
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>		-
Provisões constituídas		113
Provisões utilizadas		-
Provisões revertidas		-
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>		<b>113</b>

## 10 Estoques e adiantamento a fornecedores

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Circulante</b>		
<b>Produtos acabados:</b>		
Etanol	7.251	581
Açúcar cristal	71	-
Melaço	9.009	-
<b>Materiais secundários e outros:</b>		
Insumos, materiais auxiliares de manutenção e outros	1.682	5.186
<b>Adiantamentos:</b>		
Compras de cana-de-açúcar	90.721	39.782
Compras de insumos	24.080	4.081
	132.814	49.630
<b>Não circulante</b>		
Adiantamentos – Compras de cana-de-açúcar	17.384	17.384
	150.198	67.014

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

Os adiantamentos a fornecedores de cana referem-se a valores adiantados para futuro fornecimento de cana de contratos de parceria.

## 11 Ativo biológico

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico, atendendo, assim, aos dispostos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, e os seus ativos biológicos (“cana-de-açúcar”) passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

### a. Cana-de-açúcar

#### (i) *Principais premissas utilizadas para atribuição do valor justo aos ativos biológicos*

Com base no CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo, em que a lavoura de cana-de-açúcar é valorizada por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda de ativo menos os impostos e custos necessários para colocação do produto em consumo ou venda. As metodologias utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos correspondem à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade da lavoura de cana-de-açúcar.

#### (ii) *Apresentação*

A seguir estão demonstradas as movimentações dos ativos biológicos da Companhia:

<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	<b>41.436</b>
Adições com tratos de cana	8.284
Absorção dos custos de cana colheita	(42.208)
Variação no valor justo (Nota 28)	<u>983</u>
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b><u>8.495</u></b>
Adições com tratos de cana	54.248
Absorção dos custos de cana colheita	(8.284)
Variação no valor justo (Nota 28)	<u>14.839</u>
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b><u><u>69.298</u></u></b>

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

O preço estimado do ATR fosse maior (menor);

A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e

A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras, aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

*Soqueiras de cana-de-açúcar*

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar.

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Áreas replantadas (hectares)	4.775,11	1.081,26
Custo do replantio (R\$/hectares)	12.298,02	20.084,16

*Lavouras de cana-de-açúcar*

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Área estimada de colheita (hectares)	68.108	6.370
Produtividade prevista (toneladas de cana / hectare)	78,99	58,95
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg/t)	139,40	140,74
Valor do kg de ATR - R\$	1,0145	1,1707
WACC	11,58%	15,01%

O ativo biológico cana-de-açúcar possui sua realização na safra 2024/2025.

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico, atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

***Riscos regulatórios e ambientais***

A Companhia está sujeita às leis e aos regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam ao cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

***Riscos de oferta e demanda***

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão destes riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e para assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

***Riscos climáticos e outras***

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

## 12 Impostos a recuperar

	2024	2023
<b>ICMS</b>		
ICMS sobre insumos e outros (ii)	12.235	30.013
ICMS sobre ativo imobilizado (i)	922	1.006
	13.157	31.019
IRRF a compensar	1.765	389
COFINS	29.283	12.244
PIS	6.421	2.628
IPI	474	538
Outros	-	75
	37.943	15.874
	51.100	46.893
Ativo circulante	50.628	46.313
Ativo não circulante	472	580

- (i) Refere-se a créditos sobre aquisição de ativo imobilizado que podem ser utilizados à razão de 1/48 avos.  
(ii) Refere-se a créditos decorrentes da aquisição de insumos, material de embalagem, material intermediário, combustível e outros.

## 13 Outros créditos

	2024	2023
<b>Circulante:</b>		
Adiantamentos a empregados	14	4
<b>Não circulante:</b>		
Precatórios (i)	4.131	4.783
	4.145	4.787

- (i) O saldo refere-se a precatórios estaduais adquiridos para compensação de impostos.

## 14 Partes relacionadas

### a. Remuneração de pessoal-chave da Administração:

O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita bienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foram de R\$ 336 (R\$ 351 em 31 de março de 2023). A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

### b. Outras contas a receber e outras contas a pagar

Os principais saldos em 31 de março de 2024 e 2023 referem-se basicamente a:

**Figueira Indústria e Comércio S.A.**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de março de 2024*

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Aralco S.A. – Indústria e Comércio S.A.	-	-
Alcoazul S.A. – Açúcar e Álcool	150.590	136.256
AR Transportes Ltda.	13	13
Destilaria Generalco S.A.	<u>670.687</u>	<u>680.180</u>
	<u>821.290</u>	<u>816.449</u>

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	1.413	1.405
Aralco S.A. – Indústria e Comércio S.A.	<u>373</u>	<u>4.849</u>
	<u>1.786</u>	<u>6.254</u>

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	224.179	139.813
Aralco S.A. – Indústria e Comércio S.A.	841.773	557.883
Aracanguá Sociedade de Participações Ltda.	<u>5.726</u>	<u>3.522</u>
	<u>1.071.678</u>	<u>701.218</u>

Referem-se à conta corrente, cujo objetivo é transacionar um caixa único, visto que as empresas aportaram seus ativos nas demais empresas do Grupo em decorrência da condição do plano de Recuperação Judicial.

O aumento de partes relacionadas se trata de transações de venda de açúcar para Companhia Aralco Indústria e Comercio S.A para revenda e também centralização das operações agrícolas com a Destilaria Generalco S.A.

A realização dos saldos entre as partes ocorrerá por meio de sinergias das operações seja por produtos ou prestação de serviços.

Em 31 de março de 2024 e 2023, as principais transações com partes relacionadas que impactaram no resultado foram:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Receitas</b>		
<b>Venda de açúcar para revenda</b>		
Aralco S.A. – Indústria e Comércio	<u>60.561</u>	<u>323.544</u>
	<u>60.561</u>	<u>323.544</u>
<b>Despesas</b>		
<b>Compra de óleo diesel</b>		
Aralco S.A. – Indústria e Comércio	68.561	48.531
<b>Aluguéis e arrendamentos</b>		
Aralco S.A. – Indústria e Comércio	<u>-</u>	<u>22.457</u>
	<u>68.561</u>	<u>70.988</u>

## 15 Investimentos

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial</b>		
Destilaria Generalco S.A.	3.938	5.033
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	<u>102.948</u>	<u>103.429</u>
	<u>106.886</u>	<u>108.462</u>

A Companhia registrou uma perda, no exercício findo em 31 de março de 2024, de R\$ 1.575 (ganho de R\$ 4.416 em 31 de março de 2023) de equivalência patrimonial.

Nenhuma das empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em Bolsa de Valores.

**Figueira Indústria e Comércio S.A.**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de março de 2024*

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas do Grupo:

	Participação - %	Quantidade de ações / quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Investimento (Provisão para perda de investimento)	Equivalência patrimonial
<b>Em 31 de março de 2024</b>														
Destilaria Generalco S.A.	14,02	315.510.750	127.164	967.206	1.094.370	233.179	833.108	1.066.287	28.083	49.081	(57.611)	(7.810)	3.938	(1.095)
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	30,85	10.784.036.715	1.924	443.649	445.573	1.467	110.413	111.880	333.693	70	(1.626)	(1.556)	102.948	<u>(480)</u>
														<u><u>(1.575)</u></u>
<b>Em 31 de março de 2023</b>														
Destilaria Generalco S.A.	14,02	315.510.750	235.354	670.326	905.860	83.911	786.056	869.967	35.893	471.044	(437.403)	33.641	5.033	4.717
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	30,85	10.784.036.715	1.831	444.606	446.437	1.817	109.370	111.187	335.250	1.288	(2.266)	(978)	103.429	<u>(301)</u>
														<u><u>4.416</u></u>

## 16 Imobilizado

<b>Custo</b>	<b>Edifícios e construções</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Veículos e implementos rodoviários</b>	<b>Máquinas, equipamentos e instalações (*)</b>	<b>Computadores e periféricos</b>	<b>Imobilizado em andamento</b>	<b>Adiantamento a fornecedor</b>	<b>Lavouras de cana-de-açúcar</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	3.965	284	15.797	73.430	4.139	8.539	20	333.630	439.804
Adições	-	9	489	48.767	116	26.862	-	-	76.243
Baixas	-	-	(7.128)	(26.835)	(4)	(196)	-	-	(34.163)
Transferências	1.729	-	-	4.415	-	(6.144)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<u>5.694</u>	<u>293</u>	<u>9.158</u>	<u>99.777</u>	<u>4.251</u>	<u>29.061</u>	<u>20</u>	<u>333.630</u>	<u>481.884</u>
Adições	-	168	-	57.861	437	71.964	-	-	130.430
Baixas	-	-	(142)	(36.072)	-	-	-	(173.757)	(209.971)
Transferências	134	-	-	1.449	-	(1.583)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<u>5.828</u>	<u>461</u>	<u>9.016</u>	<u>123.015</u>	<u>4.688</u>	<u>99.442</u>	<u>20</u>	<u>159.873</u>	<u>402.343</u>
<b>Depreciação</b>									
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	(618)	(74)	(13.699)	(12.512)	(2.924)	-	-	(178.881)	(208.708)
Depreciação do exercício	(222)	(31)	(707)	(5.910)	(716)	-	-	(64.933)	(72.519)
Baixas	-	2	6.081	198	2	-	-	-	6.283
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<u>(840)</u>	<u>(103)</u>	<u>(8.325)</u>	<u>(18.224)</u>	<u>(3.638)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(243.814)</u>	<u>(274.944)</u>
Depreciação do exercício	(233)	(36)	(380)	(7.220)	(336)	-	-	(34.504)	(42.709)
Baixas	-	-	42	316	-	-	-	173.758	174.116
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<u>(1.073)</u>	<u>(139)</u>	<u>(8.663)</u>	<u>(25.128)</u>	<u>(3.974)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(104.560)</u>	<u>(143.537)</u>
<b>Valor líquido contábil</b>									
Em 31 de março de 2024	4.755	322	353	97.887	714	99.442	20	55.313	258.806
Em 31 de março de 2023	4.854	190	833	81.553	613	29.061	20	89.816	206.940

(\*) Os gastos com manutenção de entressafra são aqueles incorridos na manutenção de equipamentos industriais e agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção da safra seguinte.

## 17 Direito de uso e arrendamentos

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos a partir de 1 de abril de 2019, vide Nota Explicativa 6 – Principais política contábeis, rubrica m. Arrendamentos.

A seguir estão demonstradas as movimentações dos ativos de direito de uso:

	<b>Direto de uso de terras</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	-
Adições de contratos	237.954
Remensuração dos contratos	1.964
Bens baixados	-
Depreciação	(13.701)
	226.217
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>226.217</b>
Adições de contratos (i)	93.019
Remensuração dos contratos	(14.607)
Bens baixados	(261.761)
Depreciação	(42.868)
	-
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>-</b>

A seguir estão demonstradas as movimentações dos passivos de arrendamento:

	<b>Parcerias e arrendamentos agrícolas</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	-
Adições de contratos	237.954
Remensuração dos contratos	1.952
Pagamentos	(11.798)
Juros pagos	(7.631)
Remensuração dos juros	12
Baixa	-
Apropriação de Juros	8.840
	229.329
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>229.329</b>
Adições de contratos (i)	93.019
Remensuração dos contratos	(14.607)
Pagamentos	(36.020)
Juros pagos	(26.422)
Remensuração dos juros	(5.578)
Baixa	(266.199)
Apropriação de Juros	26.478
	-
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>-</b>
Passivo circulante	-
Passivo não circulante	-

- (i) Parte das adições do exercício ocorreram devido a transferência dos contratos da Destilaria Generalco S.A., empresa do Grupo Aralco.

## 18 Fornecedores

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Fornecedores de cana	83.909	126.484
Fornecedores de bens e serviços	19.802	27.192
	<u>103.711</u>	<u>153.676</u>
Passivo circulante	98.311	146.476
Passivo não circulante	5.400	7.200

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa 31.

## 19 Impostos e contribuições a recolher

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
IRPJ e CSLL	5.260	-
IRRF	150	533
COFINS	54	51
PIS	12	11
FUNRURAL	66.095	65.627
ISSQN	447	1.296
Outros	54	157
	<u>72.070</u>	<u>67.675</u>

## 20 Impostos parcelados

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Receita Estadual (ICMS) (i)	109.496	170.945
INSS	-	20.497
Parcelamentos Excepcional – PGFN	302	6.050
	<u>109.798</u>	<u>197.492</u>
Passivo circulante	35.758	77.290
Passivo não circulante	74.040	120.202

- (i) Em 19 de março de 2013, as Autoridades Fiscais do Estado de São Paulo aceitaram nosso requerimento de inclusão no Programa Especial de Parcelamento – PEP com o objetivo de pagar ICMS no Estado de São Paulo em 120 parcelas com 50% de redução de multas e 40% de redução de juros. O montante total do programa foi de R\$ 182,9 milhões.

## 21 Salários e encargos sociais

	2024	2023
FGTS a recolher	3.831	4.161
INSS a recolher	9.915	9.299
Pró-labore a pagar	22	20
Salários e encargos a pagar	3.903	4.388
Provisão para 13º salário e férias	1.520	6.980
Encargos sobre provisões	581	793
	19.772	25.641

## 22 Provisões para demandas judiciais

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	-	1	2.576	2.577
Provisões constituídas	4.310	7.100	1.739	13.149
Provisões utilizadas	-	(7.101)	-	(7.101)
Provisões revertidas	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	4.310	-	4.315	8.625
Provisões constituídas	-	10.892	2.412	13.304
Provisões utilizadas	-	-	-	-
Provisões revertidas	(4.310)	-	-	(4.310)
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	-	10.892	6.727	17.619

Para as provisões apresentadas acima, existem depósitos judiciais que compõem o montante de R\$ 2.230 (R\$ 2.166 em 31 de março de 2023).

Em virtude das dificuldades econômicas enfrentadas pelo Grupo, foi pedida a Recuperação Judicial 1001985-03.2014.8.26.0032 em 28 de fevereiro de 2014.

Vários compromissos deixaram de ser honrados, motivando ao ajuizamento de diversas medidas judiciais contra as empresas que compõem o grupo econômico, ocorrendo o surgimento de várias ações cíveis e judiciais.

Alguns parcelamentos de impostos não puderam ser cumpridos, aumentando o valor das contingências tributárias.

Ante as dificuldades econômicas, o Grupo promoveu uma significativa redução no quadro de funcionários, aumentando o número de reclamações trabalhistas.

Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Empresa não possui litígios decorrentes de ações trabalhistas, fiscais ou cíveis com probabilidade de perda considerada possível.

## 23 Adiantamento de clientes

	2024	2023
Adiantamento de clientes – açúcar	73.335	42.456
Adiantamento de clientes – etanol	12.237	1.658
Adiantamento de clientes – outros	507	715
	86.079	44.829

## 24 Imposto de renda e contribuição social diferidos

### Natureza dos tributos diferidos

Em 31 de março de 2024, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores-base:

	Saldo em 2022	Reconhecidos no resultado	Compensação de passivo tributário	Saldo em 2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 2024
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	-	1	1
Provisões para demandas judiciais e outras	869	(718)	-	151	54	205
Ativo biológico	(22)	18	-	(4)	(5.113)	(5.117)
Prejuízo fiscal e base negativa	-	104.857	(104.857)	-	1.208	1.208
Direito de uso (Efeito IFRS 16)	(415)	897	-	482	165	647
Imobilizado líquido – Custo atribuído	(2.459)	352	-	(2.107)	353	(1.754)
	(2.027)	105.406	(104.857)	(1.478)	(3.332)	(4.810)

A Companhia possui R\$ 181.347 de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos em função da perspectiva de não realização dos referidos créditos.

**a. Composição do imposto de renda e contribuição social do resultado do exercício**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Resultado contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	92.284	23.280
(-/+ ) Resultado da equivalência patrimonial	1.575	(4.416)
	89.549	18.864
Alíquota fiscal combinada – base de até 240 mil	24%	24%
Alíquota fiscal combinada – base acima de 240 mil	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(31.912)	(6.414)
<i>Ajustes para a apuração da alíquota efetiva:</i>		
Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	(33.935)	(7.553)
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal e base negativa	56.969	111.349
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(8.878)	97.382
Alíquota efetiva	-10%	418%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.546)	(8.024)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.332)	105.406

## 25 Patrimônio líquido

**a. Capital social**

O capital social está representado por 5.193.112.348 ações ordinárias nominativas (idêntico em 31 de março de 2023), sem valor nominal, totalmente integralizado.

**b. Ajustes de avaliação patrimonial**

São compostos do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado pelo Companhia em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, efeitos estes deduzidos do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vêm sendo realizados mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhes deram origem.

**c. Reservas de incentivos fiscais**

Constituída nos termos do Artigo 195-A da Lei 6.404/76 onde a administração pode propor a destinação para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do artigo 202 da lei 6.404/76). A atual reserva de incentivos fiscais foi constituída com base no crédito outorgado do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) a produtores ou distribuidores de etanol hidratado combustível conforme decreto 67.121 de 26 de setembro de 2022.

## 26 Gestão de capital

A política da Administração é manter uma base de capital sólida com o objetivo de manter a confiança dos investidores, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro dos negócios. A Administração monitora o retorno do capital, que a Companhia define como resultado das atividades operacionais dividido pelo total do patrimônio líquido.

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante)	Maior ou igual a 1
De alavancagem financeira (*)	Maior que 1

(\*) Se o grau de alavancagem financeira (GAF) for maior que 1,0 isso indica que a alavancagem será considerada favorável: o retorno do Ativo Total (conjunto de bens e direitos da Companhia, expressos em moeda) será razoavelmente maior que a remuneração paga ao capital de terceiros.

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Ativo circulante	426.765	129.591
Passivo circulante	331.694	419.582
<b>Índice de liquidez</b>	1,287	0,309
Resultado do exercício	83.406	120.662
Patrimônio líquido	61.415	(21.991)
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	1,358	5,487
Resultado do exercício	83.406	120.662
Ativo total	1.638.114	1.512.737
RAT (retorno sobre o ativo total)	0,051	0,080
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	26,673	68,789

## 27 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Açúcar	736.593	74.435
Etanol	282.389	111.608
Bagaço de cana	1.250	3.607
Diesel	2.504	3.358
Outras vendas	19.981	1.991
Receita bruta	1.042.717	194.999
(-) Impostos sobre vendas	(45.396)	(18.578)
(-) Devoluções e abatimentos	(804)	(737)
	996.517	175.684

## 28 Despesas operacionais por natureza

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Despesas com pessoal	123.537	21.921
Depreciação e amortização	50.992	114.724
Matéria-prima e consumíveis	236.714	30.264
Gastos com manufatura e outras	432.565	(52.675)
Despesa com comercialização, fretes, transbordos e armazenagens	69.902	212
Serviços prestados	8.179	18.171
Despesas tributárias	2.007	13.213
Mudança do valor justo do ativo biológico	(14.838)	(983)
Provisões (reversão) para demandas judiciais	8.994	6.433
Multa Indedutível	215	29.037
Aluguéis e Locações	158	163
Outras despesas (receitas) operacionais	9.658	13.484
	928.083	193.964
<b>Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função</b>		
Custo das vendas	831.473	106.305
Mudança no valor justo do ativo biológico (Nota 11)	(14.838)	(983)
Despesas com vendas	73.453	41.945
Despesas administrativas e gerais	37.995	46.697
	928.083	193.964

## 29 Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Valor residual do ativo imobilizado – baixado	(815)	(1.594)
Receita do imobilizado vendido	1.659	9.400
Recuperação (perda) de benefícios de impostos (i)	39.322	73.654
Indenizações de seguros e judiciais	2.906	5.589
Compromissos recuperação judicial	(137)	(470)
Renovabio	5.673	3.385
Bonificações e outros	1.394	125
	50.002	90.089

- (i) Conforme parcelamento (vide nota explicativa 20) houve redução de débitos de impostos federais e previdenciário através da adesão a modalidade de transação excepcional do Programa de Retomada Fiscal do Ministério da Economia conforme (Portaria PGFN 2.381/2021).

### 30 Financeiras líquidas

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Descontos obtidos	215	605
Juros sobre recebíveis	7.533	1.530
Variação monetária ativa	49	162
Descontos concedidos	-	(154)
Juros sobre obrigações	(25.348)	(8.856)
Juros sobre tributos	(5.004)	(44.912)
Juros sobre recuperação judicial	(2.440)	(2.001)
Variação monetária passiva	(92)	(131)
	<b>(25.087)</b>	<b>(53.757)</b>
<b>Variação cambial líquida</b>		
Credores recuperação judicial	426	(1.299)
Clientes	84	2.111
	<b>510</b>	<b>812</b>
	<b>(24.577)</b>	<b>(52.945)</b>

### 31 Instrumentos financeiros

#### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seu nível de hierarquia do valor justo.

31 de março de 2024

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Aplicações financeiras	145.155	-	-	145.155	-	145.155	-	145.155
Partes relacionadas	821.290	-	-	821.290	-	821.290	-	821.290
	<u>966.445</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>966.445</u>	<u>-</u>	<u>966.445</u>	<u>-</u>	<u>966.445</u>
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	-	264	-	264	-	-	-	-
Contas a receber e outras contas a receber	-	28.502	-	28.502	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>28.766</u>	<u>-</u>	<u>28.766</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Credores recuperação judicial	-	-	87.613	87.613	-	136.480	-	136.480
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>87.613</u>	<u>87.613</u>	<u>-</u>	<u>136.480</u>	<u>-</u>	<u>136.480</u>
<b>Passivo financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Fornecedores	-	-	103.711	103.711	-	-	-	-
Outras obrigações	-	-	1.763	1.763	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>105.474</u>	<u>105.474</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

## **b. Gestão de riscos financeiros**

### ***Visão geral***

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;

Risco de liquidez;

Risco de mercado; e

Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

### **Estrutura do gerenciamento de risco**

Os Acionistas e a Diretoria têm responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

O Conselho estabeleceu Comitês, os quais são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O comitê se reporta regularmente ao Conselho de Administração e à Diretoria sobre as suas atividades. São eles: Comitê Fiscal, de Auditoria, Financeiro, Produção e Recursos Humanos.

Os Comitês supervisionam como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura do gerenciamento em relação aos riscos enfrentados.

### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

### **Contas a receber e outros recebíveis**

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia adota como prática a análise das situações financeiras e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes à Contas a receber de clientes.

A administração dos valores em atraso há mais de 30 dias não incorre em perda por redução ao valor recuperável. Essas análises baseiam-se em um histórico de comportamento de pagamento e em extensas análises dos riscos de crédito de seus respectivos clientes, incluindo avaliações de crédito de tais clientes, quando disponíveis.

*Caixa e equivalentes de caixa*

A Companhia detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 145.418 em 31 de março de 2024 (R\$ 20.129 em 31 de março de 2023).

**Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas.

**Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento deste risco é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

**Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando à mitigação deste tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

**Risco de moeda**

A Companhia está sujeita ao risco de moeda em vendas e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais, em sua grande maioria o real (R\$).

**Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo

desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;

Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;

Cumprimento com exigências regulatórias e legais;

Documentação de controles e procedimentos;

Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;

Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;

Desenvolvimento de planos de contingência;

Treinamento e desenvolvimento profissional;

Padrões éticos e comerciais; e

Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises são discutidos entre o Comitê de Auditoria e a Alta Administração da Companhia.

### ***Riscos de crédito***

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Caixa e equivalentes de caixa	145.418	20.129
Contas a receber de clientes	28.502	4.484
Partes relacionadas	821.290	816.449
Outros créditos	4.145	4.787

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco.

Os vencimentos do contas a receber de clientes foram:

	<b>2023</b>	<b>2023</b>
A vencer	28.458	4.347
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	19	-
De 31 a 60 dias	1	-
De 61 a 90 dias	3	-
De 91 a 180 dias	2	137
Acima de 181 dias	132	-
	<u>28.615</u>	<u>4.484</u>
(-) Vendas para entrega futura	-	-
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(113)	-
	<u>28.502</u>	<u>4.484</u>

### ***Risco de liquidez***

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	<b>2024</b>					
	<b>Valor contratual</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	145.418	145.418	145.418	-	-	-
Contas a receber de clientes	28.502	28.502	28.502	-	-	-
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	103.711	103.711	98.311	5.400	-	-
Credores recuperação judicial	136.480	87.613	26.198	7.543	18.267	84.472
Outras contas a pagar	1.763	1.763	1.100	663	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

### ***Risco cambial***

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir:

	<b>2024</b>		<b>2023</b>	
	<b>USD Mil</b>	<b>R\$</b>	<b>USD Mil</b>	<b>R\$</b>
Credores recuperação judicial	2.191	10.947	3.379	17.167
<b>Exposição líquida</b>	<u>2.191</u>	<u>10.947</u>	<u>3.379</u>	<u>17.167</u>

### ***Análise de sensibilidade***

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, para os demais cenários, foram consideradas a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários II e III foram estimados com uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do real no cenário provável.

### **Análise de sensibilidade – Cambial**

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2024, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores, quando aplicável, e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Cenários	Valor contábil	Provável	Alta – aumento das despesas		Baixa – redução das despesas	
			25%	50%	25%	50%
<b>Passivos financeiros</b>						
Credores recuperação judicial	10.947	<u>1.095</u>	<u>2.737</u>	<u>5.474</u>	<u>(2.737)</u>	<u>(5.474)</u>
Impacto no resultado		<u>1.095</u>	<u>2.737</u>	<u>5.474</u>	<u>(2.737)</u>	<u>(5.474)</u>

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima foram obtidas junto às fontes externas de mercado, como Bloomberg e B3.

### **Risco de taxa de juros**

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

*Risco de taxa sobre ativos e passivos financeiros – Apreciação das taxas*

<b>Instrumentos</b>	<b>Exposição 2024</b>	<b>Risco</b>	<b>Provável</b>		<b>Aumento do Índice em 25%</b>		<b>Aumento do Índice em 50%</b>	
			<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
Credores recuperação judicial	(45.118)	Aumento CDI	12,52	(5.650)	15,65	(7.062)	18,78	(8.474)
Total dos passivos financeiros	(45.118)			(5.650)		(7.062)		(8.474)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<b>(1.412)</b>		<b>(2.825)</b>

*Risco de taxa sobre ativos e passivos financeiros – Depreciação das taxas*

<b>Instrumentos</b>	<b>Exposição 2024</b>	<b>Risco</b>	<b>Provável</b>		<b>Redução do Índice em 25%</b>		<b>Redução do Índice em 50%</b>	
			<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
Credores recuperação judicial	(45.118)	Aumento CDI	12,52	(5.650)	9,39	(4.237)	6,26	(2.825)
Total dos passivos financeiros	(45.118)			(5.650)		(4.237)		(2.825)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<b>1.412</b>		<b>2.825</b>

## **32 Compromissos de compra**

As companhias Aralco S.A. Indústria e Comércio; Figueira Indústria e Comércio S.A.; Destilaria Generalco S.A.; e Alcoazul S.A. – Açúcar e Álcool possuem diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos exercícios de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pelas companhias será determinada ao término de cada exercício de colheita, de acordo com a sistemática de pagamento de cana-de-açúcar adotada pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – CONSECANA. O volume comprometido pelas companhias com fornecedores é de 1.293.895 toneladas de cana na safra.

## **33 Credores recuperação judicial**

### **Pedido de recuperação judicial**

Em 28 de fevereiro de 2014, considerando a crise de liquidez que o mercado mundial sofreu e a consequente desvalorização do real frente ao dólar, a Controladora Aralco S.A. – Indústria e Comércio e suas controladas (englobando a Figueira Indústria e Comércio S.A.) sofreram um aumento substancial de seus passivos indexados àquela moeda e optaram por ingressar com o pedido de recuperação judicial nos termos da lei 11.101/2005, aprovado segundo a Assembleia Geral Extraordinária de 8 de dezembro de 2014 e deferido judicialmente em 21 de janeiro de 2015.

O Plano de Recuperação tem o objetivo de permitir ao Grupo Aralco superar sua crise econômico-financeira e atender aos interesses dos Credores, estabelecendo a fonte de recursos e uma estrutura de pagamento de seus Créditos;

O Grupo Aralco apresentou seu Plano de Recuperação Judicial inicial na primeira Assembleia de Credores em 19 de novembro de 2014, e posteriormente foram realizadas outras assembleias em 26 de novembro e 3 de dezembro, e apresentado ao juízo em 4 de dezembro, cumprindo-se o requisito de publicidade; o Plano teve algumas alterações solicitadas por seus credores e, em 8 de dezembro de 2014, o Plano de Recuperação Judicial final foi aprovado pelos seus credores em Assembleia. Foi homologado pela juíza Sônia Cavalcante Pessoa da Segunda Vara Civil da Comarca de Araçatuba, sob processo número 1001985-03.2014.8.26.0032.

Em decorrência do pedido de recuperação judicial realizado pelo Grupo em 28 de fevereiro de 2014, foram reclassificados para rubrica de credores recuperação judicial e classificados de acordo com o plano de recuperação judicial:

**Figueira Indústria e Comércio S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de março de 2024

Classes de credores	Valor contábil 2024	Valor contábil 2023	Período de amortização											
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2030	
Trabalhistas	105	675	carência	100%	-	-	Pagamentos conforme acordos entre as partes, desde 2019 até 2026							-
Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	1.291	2.826	carência	carência	20%	20%	20%	10%	10%	10%	10%	10%	-	
Fornecedores de cana e Credores estratégicos agrícolas	1.126	1.371	carência	25%	25%	25%	5%	4%	4%	4%	4%	4%	-	
Quirografários	42.701	44.296	carência	carência	carência	carência	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	60%	
Intervenientes e garantes	29.799	34.489												
Valores não habilitados (*)	12.591	12.591												
	<b>87.613</b>	<b>96.248</b>												
Passivo circulante	16.818	9.325												
Passivo não circulante	70.795	86.923												

**Movimentação de Recuperação Judicial**

Classes de credores	Valor contábil 2023	Adições				Baixas			Valor contábil 2024
		Principal	Juros	Transferência de classe	Variação Cambial	Principal	Juros	Transferência de classe	
Trabalhistas	675	-	-	-	-	(570)	-	-	105
Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	2.826	-	72	16	-	(219)	(1.404)	-	1.291
Fornecedores de cana e Credores estratégicos agrícolas	1.371	-	48	-	-	(293)	-	-	1.126
Quirografários	44.296	9	2.379	-	(285)	(2.687)	(1.010)	(1)	42.701
Intervenientes e garantes	34.489	128	-	-	(142)	(4.661)	-	(15)	29.799
Valores não habilitados (*)	12.591	-	-	-	-	-	-	-	12.591
	<b>96.248</b>	<b>137</b>	<b>2.499</b>	<b>16</b>	<b>(427)</b>	<b>(8.430)</b>	<b>(2.414)</b>	<b>(16)</b>	<b>87.613</b>
Passivo circulante	9.325								16.818
Passivo não circulante	86.923								70.795

(\*) Os valores não habilitados referem-se a saldos de créditos contabilizados e que não foram objeto de habilitação junto ao plano de recuperação judicial. Tais valores ficaram pendentes na contabilidade aguardando mediação junto aos credores.

O Grupo Aralco, diante das condições de desembolso financeiro baseado no Plano de Recuperação Judicial, e visando eliminar a exigência de captação específica do investidor Sucres et Denrées S.A., ou terceiro por ele indicado, assumindo controle na gestão financeira para cumprimento do Plano, instaurou Assembleia Geral dos Credores, na qual foi apresentada sugestão do Novo Plano de Recuperação Judicial para soerguer novamente a empresa, sendo a intenção do Novo Plano permitir o pagamento dos credores de maneira mais ágil.

Em continuidade, o Grupo vinha tentando homologar seu Novo Plano e, em 4 de junho de 2019, foi finalmente levado à votação e devidamente aprovado pelos credores o Novo Plano de Recuperação, com os seguintes percentuais das classes:

- Trabalhista: 91,75% (% de participantes/cabeça) – não se aplica % de crédito;
- Garantia Real: 100,00% (% de participantes/cabeça) e 100,00% (% de crédito);
- Quirografário: 91,85% (% de participantes/cabeça) e 84,66% (% de crédito);
- ME-EPP: 97,94% (% de participantes/cabeça) – não se aplica % de crédito.

Importante salientar que, no Novo Plano de Recuperação Judicial, não há mais a necessidade de captação dos recursos do investidor Sucres et Denrées S.A., ou terceiro por ele indicado, e a Companhia assumiu que honraria os compromissos assumidos com todos os Credores. Ainda, poderá contratar financiamentos ou injeções de recursos em outras modalidades com quaisquer pessoas ou entidades, Credores ou não, bem como poderá oferecer em garantia de tais financiamentos quaisquer bens de sua propriedade. Ainda em Assembleia, foi aprovado que, mediante o pagamento total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) pelos Intervenientes Garantes, aos Credores Quirografários, Credores Quirografários Colaboradores I e Credores com Garantia Real, os saldos remanescentes dos Créditos auferidos após os pagamentos realizados na forma do Novo Plano serão cedidos aos Intervenientes Garantes, que converterão em participação societária de quaisquer das sociedades que compõem do Grupo.

Ato contínuo, em 11 de julho de 2019, foi homologado o Novo Plano de Recuperação Judicial do Grupo, o qual, no entanto, teve seus efeitos suspensos por liminar, e finalmente em 19 de agosto de 2020, foram proferidos os Acórdãos por meio dos quais o TJSP negou provimento aos agravos de instrumento interpostos pelo Bancos Bradesco, Pine e BIC, mantendo-se a homologação do Novo Plano de Recuperação Judicial do Grupo. Assim, o Grupo já iniciou o pagamento dos credores que não haviam realizado as tratativas individuais, nos moldes do Novo Plano aprovado e agora homologado. Assim, todos os credores já estão recebendo seus créditos homologados no quadro geral de credores.

Considerando a comprovação de cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado, e continuidade dos negócios, em 23 de fevereiro de 2023 o Grupo Aralco apresentou pedido requerendo o encerramento da recuperação judicial, obtendo parecer favorável do Ministério Público e Administrador Judicial. A sentença de encerramento da recuperação judicial foi proferida em 01/12/2023, sendo que atualmente aguarda certificação do trânsito em julgado.

\*.\*.\*